

**IV ENCONTRO DE PESQUISA JURÍDICA: O DIÁLOGO ENTRE A SOCIEDADE,  
O ESTADO E A CONSTITUIÇÃO – SÉRIE ESPECIAL CRISES E CONFLITOS  
INTERNACIONAIS, Ed. 7, Ribeirão das Neves/MG**

---

## **DIREITOS INDÍGENAS E A DEMARCAÇÃO DA TERRA YANOMAMI**

### **Autor(res)**

Carine Silva Diniz  
Romullo Aleixo Avelar

### **Categoria do Trabalho**

Trabalho Acadêmico

### **Instituição**

FACULDADE ANHANGUERA DE RIBEIRÃO DAS NEVES

### **Introdução**

Os direitos indígenas no Brasil são garantidos pela Constituição de 1988, que reconhece no art. 231 a organização social, costumes e direitos originários sobre terras tradicionais, cabendo à União demarcá-las e protegê-las. A Terra Indígena Yanomami, demarcada em 1992 (9,6 milhões de ha), abriga ~27 mil indígenas em AM e RR. Apesar da proteção legal, sofre invasões por garimpo ilegal, com ~20 mil garimpeiros em 2021, causando contaminação por mercúrio, desmatamento (5 mil ha em 2022), malária, desnutrição e violência. Este estudo analisa a efetividade da proteção jurídica frente às ameaças à saúde e cultura Yanomami.

### **Objetivo**

Analizar os direitos constitucionais dos indígenas, com foco na demarcação da Terra Indígena Yanomami, identificando violações por garimpo ilegal e propondo medidas de proteção com base na CF/1988 e na Convenção 169 da OIT.

### **Material e Métodos**

Estudo qualitativo e exploratório, com pesquisa bibliográfica e documental. Fontes primárias: Constituição Federal de 1988 (arts. 231-232), Decreto nº 1.775/1996, Convenção 169 da OIT (Decreto nº 5.051/2004), relatórios da FUNAI (2023-2024) e decisões do STF (ADI 3.239/2004). Fontes secundárias: artigos de Manuela Carneiro da Cunha, relatórios do ISA (2022-2024) e dados do INPE sobre desmatamento. Método dedutivo: dos princípios constitucionais aos casos concretos. Buscas em Planalto.gov.br, FUNAI.gov.br, ISA.org.br e SciELO. Recorte: 1988-2025.

### **Resultados e Discussão**

A CF/1988 assegura posse permanente e usufruto exclusivo (art. 231). A Terra Yanomami (9,6 milhões ha) foi demarcada em 1992. Invasões por ~20 mil garimpeiros (ISA, 2022) causam mercúrio na água, desmatamento (INPE: +150% em 2021) e mortes. STF reforça nulidade de títulos

**IV ENCONTRO DE PESQUISA JURÍDICA: O DIÁLOGO ENTRE A SOCIEDADE,  
O ESTADO E A CONSTITUIÇÃO – SÉRIE ESPECIAL CRISES E CONFLITOS  
INTERNACIONAIS, Ed. 7, Ribeirão das Neves/MG**

---

em terras indígenas. Convenção 169 exige consulta prévia, ignorada em mineração. Operação militar (2023) reduziu 80% das invasões (FUNAI, 2024), mas faltam fiscais permanentes. Estado responde objetivamente (art. 37, §6º).

### **Conclusão**

A demarcação Yanomami é avanço, mas garimpo ilegal persiste por fiscalização fraca. O Estado deve fortalecer a FUNAI, punir invasores e garantir consulta prévia para proteger direitos indígenas e o meio ambiente.

### **Referências**

BRASIL. Constituição Federal de 1988. Disponível em:

<[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)>.

Acesso em: 28 out. 2025.

BRASIL. Decreto nº 1.775, de 8 jan. 1996. Disponível em:

<[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/d1775.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d1775.htm)>. Acesso em:

28 out. 2025.

FUNAI. Relatório Anual Terra Indígena Yanomami 2024. Disponível em:

<<https://www.gov.br/funai/pt-br>>. Acesso em: 28 out. 2025.

ISA. Yanomami sob Ataque: Garimpo Ilegal 2022. Disponível em:

<<https://www.socioambiental.org/pt-br>>. Acesso em: 28 out. 2025.

OIT. Convenção nº 169, 1989. Disponível em: <<https://www.ilo.org>>.

Acesso em: 28 out. 2025.

STF. ADI 3.239/2004. Disponível em: <<https://www.stf.jus.br>>. Acesso em:

28 out. 2025.

INPE. Monitoramento do Desmatamento na Amazônia, 2021-2024.

Disponível em: <<http://www.inpe.br>>. Acesso em: 28 out. 2025. (678 caracteres)